



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0014925-98.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Ademaro Moreira Alves**
 Requerido: **Empresa Gontijo de Transportes Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido passagem junto à ré para viagem de Ribeirão Preto-SP para Janauba-MG, mas antes do embarque teve um desmaio, já que “sofre de Convulsão”.

Alegou ainda que foi socorrido e levado a atendimento, mas quando se recuperou soube que o valor de sua passagem não seria devolvido porque o ônibus já havia seguido viagem.

Almeja à restituição em dobro do valor pago pela aquisição da passagem.

O ponto de partida para a pretensão deduzida consiste no fato de que o autor não teria logrado embarcar na viagem que contratara com a ré porque fora vítima de problema de saúde inesperado.

Independentemente de analisar se tal situação renderia ensejo à consequência concebida pelo autor, cristalizada na devolução do valor pago pela passagem, é certo que ele não fez prova desse fato constitutivo de seu direito.

Nesse contexto, os documentos que instruíram o relato exordial em momento algum denotam com segurança mínima que o autor na ocasião em apreço foi acometido de mal imprevisível que impediu sua viagem.

Não foi amealhado um único indício que ao menos conferisse verossimilhança à explicação que se extrai da inicial, de sorte que o quadro delineado milita em desfavor do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tocava-lhe produzir prova do que asseverou na esteira do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil, mas ele não se desincumbiu desse ônus seja pela ausência de prova material, seja porque deixou claro a fl. 11 que não tinha interesse na produção de prova testemunhal.

Dessa forma, ausente lastro mínimo que respaldasse o relato exordial, não se acolhe o pleito formulado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**